CÂMARA MUNICIPAL
NOVO JARDIM - TO
2025 - 2028

Ata nº 1.656 da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Novo Jardim - TO, realizada às dezenove horas do dia 22 do mês de outubro de dois mil e vinte e seis. Após conferência do Quórum Regimental e havendo número legal, sob a proteção de Deus, e a presença dos Senhores Vereadores: Crislane Bonfim Cirqueira, Genivaldo Pinto Carvalho, Givanildo da Silva Pereira, José Luís Cardoso Lustosa, Luís Antônio Freire Rodrigues de Oliveira, Raueques Michel Xavier Albuquerque, Washington Aires Cirqueira e Werley Bispo Coelho. O Presidente Edson Siqueira declarou aberta a presente Sessão. **Pequeno Expediente:** Fez-se leitura do texto bíblico e leitura da Ata da Sessão anterior a qual foi aprovada por unanimidade. Não havendo **Comunicações das Lideranças.** Passou-se para o **Grande Expediente:** Não houve matéria constante na ordem do dia. **Considerações Finais:** O Vereador Givanildo iniciou sua palavra, cumprimentando o Presidente, os demais vereadores e vereadora, os servidores da Casa. Em seu pronunciamento, expressou agradecimentos à equipe da Brigada Municipal pelo combate a um incêndio criminoso na Fazenda Camponesa, estendendo os agradecimentos aos secretários Miltinho e Rosana pelo suporte prestado durante a ocorrência. Na sequência, criticou as precárias condições de infraestrutura do Posto de Saúde do povoado de Amaralina, relatou sobre a ausência de aparelho de ar-condicionado na sala de atendimento odontológico e o risco iminente de desabamento do teto sobre pacientes e profissionais, cobrando providências urgentes da gestão. Em aparte o Vereador Pandô, reforçou a crítica quanto à situação do posto de saúde de Amaralina, lembrando que os parlamentares indicaram a aquisição de ar-condicionado por meio de emenda impositiva. Apontou falta de capacidade administrativa do Executivo e ressaltou que cabe aos vereadores manter a fiscalização firme em favor da comunidade. Retomando a palavra, o Vereador Givanildo aprovou as colocações do colega e repassou informação sobre o alagamento no consultório odontológico em dias de chuva, segundo o Vereador a informação repassada pela Secretária. Em aparte, o Vereador Werley parabenizou o vereador Givanildo pelo tema e relatou ter sido procurado por cidadãos quanto à construção de um ponto de ônibus. Informou que a solicitação foi objeto de requerimento aprovado pela Casa e que a Prefeita garantiu a execução da obra, destacando a importância de sua conclusão antes do período chuvoso. Por fim, o Vereador Givanildo reafirmou o compromisso dos vereadores em acompanhar o andamento das obras do abrigo de ônibus e encerrou sua fala com agradecimentos. O vereador José Luís iniciou seu pronunciamento cumprimentando o Presidente, os demais Vereadores, os servidores da Casa em nome do servidor Lucas e os que acompanhavam a transmissão via live. O parlamentar expressou sua preocupação quanto às demandas e cobranças da população. Inicialmente, reconheceu e parabenizou a Prefeita pela instalação do parque infantil no Povoado de Amaralina, ressaltando a relevância da iniciativa para a Comunidade. Contudo, manifestou indignação quanto ao estado de conservação do Posto de Saúde do Povoado de Amaralina, apontando falhas na manutenção da estrutura física do órgão, situação já mencionada pelo Vereador Givanildo. Atribuiu a responsabilidade direta dessa omissão ao Secretário de Obras e ao mestre de obras, destacando também a responsabilidade da Prefeita em fiscalizar o andamento dos serviços. O Vereador relatou ter visitado a escola municipal, onde constatou problemas no telhado e outras irregularidades que exigem reparos imediatos, alertando que os serviços devem ser executados antes do período chuvoso para evitar transtornos. Criticou os trâmites dos processos licitatórios que mantêm paralisadas diversas obras no município. Relatou a necessidade urgente de poda de árvores na avenida principal. Enfatizou que cabe aos secretários municipais pro-atividade, sem a necessidade de intervenção do Poder Legislativo. Por fim, cobrou postura mais firme e posicionamento de autoridade por parte da Prefeita na gestão do seu secretariado para garantir o desenvolvimento do município. Encerrou agradecendo. O Vereador Werley iniciou cumprimentando o Presidente, os demais vereadores e vereadora, os servidores da Casa e todos os cidadãos jardinenses

que acompanhavam a sessão pelas redes sociais. Ressaltou a importância de dar continuidade às cobranças referentes às demandas do município, destacando a necessidade de acompanhar as providências relacionadas às condicionalidades do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), cuja matéria foi aprovada por esta Casa Legislativa no final do ano anterior, com certa urgência, a fim de evitar a perda de recursos destinados ao município. O parlamentar afirmou que, ao analisar a situação, constatou que, até o momento, não havia recebido informações sobre o repasse dos recursos referentes ao exercício de 2025. Citou como exemplo o município de Rio da Conceição, que, segundo os dados mencionados em sua fala, recebeu aproximadamente R$ 198.000,00 (cento e noventa e oito mil reais), considerando a proximidade entre os municípios e a semelhança no número de habitantes, estimou que Novo Jardim poderia estar deixando de receber cerca de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil), valor que, conforme ressaltou, poderia contribuir significativamente para a construção das quatro salas de aula de que o município necessita. Na oportunidade, fez questão de parabenizar a secretária municipal de Educação, senhora Valéria, e toda a sua equipe pelo trabalho que vêm desenvolvendo à frente da pasta, reconhecendo os esforços e os resultados positivos alcançados na área educacional. Entretanto, relatou que, em conversa com servidores, foi informado de que faltava apenas um dia para o envio da documentação necessária ao Ministério da Educação (MEC), com o objetivo de evitar a perda dos recursos, demonstrando preocupação quanto ao cumprimento dos prazos e às providências efetivamente adotadas. Diante disso, sugeriu que esta Casa Legislativa encaminhe um ofício ao Poder Executivo, solicitando esclarecimentos formais sobre a situação do processo, as medidas adotadas e a previsão de recebimento dos recursos. Destacou que os vereadores aprovaram a matéria com responsabilidade e celeridade, justamente para garantir que o município não fosse prejudicado e pudesse receber os valores destinados à educação. Parabenizou o líder de Governo por sempre está trazendo respostas aos parlamentares. Ressaltou que os recursos públicos pertencem à população e devem ser destinados ao atendimento de suas necessidades, especialmente nas áreas essenciais, como educação e saúde. Enfatizou que não seria razoável o município buscar emendas parlamentares e, ao mesmo tempo, correr o risco de perder recursos aos quais poderia ter direito por falta de providências administrativas. Encerrou agradecendo. O Vereador Pandô solicita fala em nome do partido. O Vereador Pandô iniciou cumprimentando o Presidente, os demais vereadores e vereadora, os servidores da Casa, esposa do vereador Luizinho, o Senhor Bidaia e aos que assistam pelas redes sociais. Informou que seria breve em suas considerações e apresentou um requerimento verbal solicitando informações sobre a regularização fundiária do município, especialmente quanto à legislação aplicável e aos procedimentos que estão sendo adotados pelo Poder Executivo para sua implementação. O Vereador demonstrou preocupação com as informações que recebeu sobre os critérios e as exigências previstos para a regularização, ressaltando que, caso sejam aplicados de forma excessivamente restritiva, poderão dificultar ou até mesmo inviabilizar a regularização de diversos imóveis no município. Destacou a importância de buscar esclarecimentos e, se possível, simplificar os procedimentos, respeitando a legislação vigente, para que a população tenha acesso à documentação necessária de seus imóveis. Ressaltou que a regularização fundiária representa um benefício significativo para os cidadãos, possibilitando maior segurança jurídica e facilitando o acesso a financiamentos e outros serviços que exigem a comprovação da propriedade. Enfatizou que os vereadores devem atuar de forma firme na busca por informações e soluções que atendam aos interesses da população, colocando-se à disposição para contribuir com as medidas necessárias à simplificação dos procedimentos, desde que respeitadas às normas legais. Encerrou agradecendo. O Presidente deu início ao seu pronunciamento cumprimentando o Sr. Bidaia e o Sr. Lucas, presentes no Plenário. Em seguida, manifestou-se favoravelmente ao Requerimento apresentado pelo colega, destacando sua relevância. Relatou que, ao

acompanhar de perto os trabalhos referente ao tema, observou que diversos cidadãos comparecem com a documentação incompleta, ressaltando a necessidade de apresentação de todos os documentos exigidos para o devido prosseguimento dos processos de regularização. Informou, ainda, que formalizará a solicitação da referida documentação. Em aparte concedido, o Vereador Werley registrou que também acompanhou os trabalhos e enfatizou a importância de os vereadores conhecerem detalhadamente o trâmite processual. Argumentou que os parlamentares devem estar munidos de informações para responder aos questionamentos da população e fiscalizar a correta aplicação dos procedimentos. O parlamentar mencionou a necessidade do envio do projeto de lei a esta Casa de Leis legislação esta que, salvo engano, refere-se ao ano de 2019 e adiantou seu voto favorável à aprovação do Requerimento, encerrando sua fala com agradecimentos. Ao retomar a palavra, o Presidente expressou sua convicção de que todos os parlamentares presentes manifestam apoio e posicionamento favorável à aprovação do Requerimento. Solicitando o uso da palavra em aparte, o Vereador Pandô abordou as dificuldades enfrentadas em relação à regularização de loteamentos. Destacou o problema relativo aos títulos de doação que possuem validade estipulada de um ano, mas foram concedidos há mais de 12 anos. Apontou que os possuidores que adquiriram os imóveis de terceiros não dispõem da documentação exigida, contando apenas com o título original. Diante disso, defendeu que o Poder Executivo Municipal simplifique o procedimento e emita novos títulos de doação atualizados com o intuito de viabilizar a regularização fundiária. Retomando a palavra, o Presidente pontuou que, nos casos de aquisição de lotes de terceiros, é recomendado a apresentação da declaração de compra e venda com firma reconhecida em cartório. Salientou acreditar que a maioria da população dispõe de tal, embora reconheça que parcela dos cidadãos ainda enfrenta entraves documentais. E não havendo nada mais a tratar o Presidente agradece a presença de todos e em nome de Deus encerra a presente Sessão, convocando a todos para a próxima no dia seguinte no mesmo horário.

Sala de Sessões, aos 22 dias do mês de outubro de 2026.

Raueques Michel X. Albuquerque
1° Secretário

Edson Siqueira Cosmo
Presidente

Crislane Bonfim Cirqueira
2ª Secretária